

---

## **A Herança Internacional da Educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino<sup>1</sup>**

**Iolanda Pereira Santana<sup>2</sup>**

Universidad Autónoma de Asunción – UAA

**Josenilda Almeida Cavalcante<sup>3</sup>**

Universidad Autónoma de Asunción – UAA

**Leneide Austrilino Petta<sup>4</sup>**

ICHCA/COS – Universidade Federal de Alagoas

### **RESUMO**

A educação brasileira foi controlada inicialmente pelo sistema religioso, integrantes da Companhia de Jesus vinham evangelizar os índios, sem que houvesse a preocupação com o desenvolvimento social e cultural deles. Ao final do período colonial brasileiro, a educação era uma educação marcada pelo elitismo e exclusão. Com o passar dos tempos a elite dominante desejava de manter seus privilégios, torna o acesso ao conhecimento seletivo. Esse trabalho tem por objetivo analisar a herança internacional que vem direcionando os rumos da educação no país. Análise feita desde o período colonial mostra que, embora a Constituição Brasileira, afirme a universalização dos direitos a educação, existe no Brasil um contingente de excluídos do sistema educacional, sendo necessário romper esse processo elitista e excludente herdado, que se perpetua até hoje.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Educacionais, financiamento educacional, analfabetismo.

### **INTRODUÇÃO**

O Brasil é um país jovem marcado por um modelo de colonização e inserção dependente no contexto internacional, naturalizou a importação de modelos de desenvolvimento econômico, político e social, reafirmando a relação de dependência com os países desenvolvidos.

Apesar da sua classificação como país emergente, nomenclatura essa que esconde a história de países subdesenvolvidos por possuírem um sistema político – econômico vinculado ao capitalismo, e uma economia dependente e periférica.

De um modo geral, o povo colonizador vê-se como “superior ao colonizado, não se mistura, nem está muito interessado em

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT-8 Estudos Interdisciplinares 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Universidade Federal do Pará em Belém, realizado de 2 a 7 de setembro de 2019

<sup>2</sup> Mestranda do curso de Ciências da Educação da UAA, e-mail: iolanda.santana.al@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda do curso de Ciências da Educação da UAA, e-mail: josenilda.cavalcante@ichca.ufal.br

<sup>4</sup> Doutoranda do curso de Ciências da Educação da UAA, e-mail: leneideroberto@uol.com.br

---

qualquer nivelamento, ou em puxar os mais atrasados para um estágio superior (FERREIRA, 2005, p. 4)

Para os portugueses, colonização é o conjunto de relações entre dois povos de desigual cultura em que um vai à procura do outro a fim de lhe oferecer tudo quanto tem, integrando desse modo a sua vida familiar, social, econômica política e nacional. Ao chegarem à terra recém descoberta, os europeus não tinham somente um projeto de caráter econômico no Brasil. Sendo nação de forte fervor religioso católico, Portugal trouxe membros da ordem de Jesus que teriam a incumbência de ampliar o número de fies no Novo Mundo, o alvo seriam os índios os habitantes da terra descoberta, descrito como povos inocentes que iriam se converter sem maiores problemas.

A formação religiosa configura-se como o maior pilar do sistema educativo jesuítico. Cuidava-se para que a fidelidade doutrinária fosse mantida, irrestritamente, evitando-se quaisquer textos, autores, questões polêmicas ou debates em discordância com a doutrina da igreja, para que nada expusesse a fé e a piedade dos alunos (NEGRÃO, 2000, p. 5).

Percebe-se que o objetivo religioso dos europeus por trás da propagação da fé católica, tinha a intenção de alienar os habitantes da terra, os índios, quando são descritos, como povos inocentes significa que não ocasionavam mal, eram inofensivos e não tinham noção do que estava acontecendo. A educação oferecida era o repasse do seu sistema religioso sem a preocupação com o desenvolvimento social e cultural daqueles habitantes. Esses padres que vinham evangelizar integravam a Companhia de Jesus, uma ordem religiosa vinculada à igreja católica.

## **O Sistema Capitalista é Destrutivo**

A escravidão dos índios proporcionou diversas situações de conflito em nossa história colonial, os portugueses tinham a necessidade de empreender um modelo de exploração econômica das terras que fosse capaz de gerar lucro em pouco tempo. Precisava de uma ampla mão- de- obra capaz de garantir riquezas em grande quantidade, gerando margens de lucro cada vez maiores para os cofres da Coroa Portuguesa.

Inicialmente os portugueses pensaram em aproveitar do contato já estabelecido com os índios para a atividade de extração do pau-brasil. Nesse período, os índios realizavam essa extração por meio de um trabalho esporádico recompensado pelos produtos trazidos pelos lusitanos na prática do escambo (troca de mercadorias ou serviço

---

sem uso de moeda), no entanto o trabalho nas grandes propriedades exigia uma rotina de trabalho longa e disciplinada que ia contra os hábitos cotidianos dos indígenas.

Junto a isso as mortes causadas pelo trabalho forçado, às mortais epidemias contraídas no contato com o homem branco e ruptura com a economia de subsistência dos indígenas impedia viabilizar esse tipo de escravidão.

Representados pela ordem jesuíta, os clérigos que aportavam em terras brasileiras se envolveram em uma série de conflitos e disputas em que repudiavam o interesse dos colonos em converter os índios em escravos. Essa postura se justificava não por uma visão piedosa, dos maus tratos sofridos pelos habitantes da nova terra, mas principalmente pelo interesse que os clérigos católicos tinham em facilitar o processo de conversão religiosa dos índios.

Enquanto os religiosos da Companhia de Jesus tinham o interesse de propagar a fé, os colonizadores europeus estavam interessados em fatores de ordem econômica, garantir o lucro, para tanto impunham medidas que interferiam na vida cultural, social e biológica, pelos colonizadores aos habitantes nativos da terra (os índios), que tiveram interferência decisiva no início do processo educativo brasileiro.

Percebe-se que durante o início da colonização do Brasil, todos que chegavam à nova terra traziam seus interesses que não se constituía em desejo de educar aquele povo, respeitando seu estilo de vida, sua felicidade e sua maneira de organização. Essa ordem religiosa companhia de Jesus foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola, logo após a Reforma Protestante (Século XVI), como forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo. Portanto esta ordem religiosa foi criada no contexto da Contra Reforma Católica. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549 religiosos e políticos.

Companhia de Jesus pautava-se pelo Ratio Studiorum, isto é, a Regra de Estudos, ou Ordem de Estudos, que levava em conta o conhecimento do latim, das Sagradas Escrituras e de textos de tradição ocidental. Esse método foi de essencial importância na atmosfera do combate religioso travado contra os protestantes. Em primeiro lugar porque a rigidez do método preservava os membros da Companhia de Jesus se interessarem pelas novidades das teses protestantes e, em segundo lugar servia-lhes em seus destinos como missionários, principalmente no chamado Novo Mundo, o recém descoberto continente americano. ALVES, Gilberto Luiz Educ.Soc. 2005 (n.91, p. 662).

Os padres jesuítas vinham ao novo mundo com uma missão: barrar o avanço do protestantismo e tinham regras doutrinárias rígidas para obedecer da Organização Católica. Eram proibidos de ler as teses dos reformadores protestantes, se caracterizando

assim uma forma de alienação religiosa. Essa metodologia era aplicada na catequese dos índios como forma de aculturação, ou seja, adaptação de um indivíduo ou grupo a uma cultura diferente sem questionar, pois os índios falavam o guarani e os jesuítas o português por isso na descrição que os jesuítas fazem dos índios ao chegarem ao Brasil era de um povo inocente fácil de ser convertido e manipulado.

A prática catequética com os indígenas adultos não foi fácil, por isso os padres jesuítas focaram mais suas ações nos curumins (as crianças) segundo Bittar & Ferreira Jr.(2000, p. 454) a razão disso, reside no fato dos índios adultos já terem seus hábitos cristalizados, enquanto os pequeninos ainda podiam ser trabalhados e moldados pela prática pedagógica jesuítica, nos adultos via-se mais resistência no sentido de garantir seus direitos e valorização de sua cultura.

Portanto, ao começar a segunda metade do século XVII, a educação jesuítica no Brasil Colonial já era quase exclusivamente uma educação de elite, ou seja, os colégios da Companhia de Jesus transformaram-se em verdadeiros redutos educacionais frequentados apenas pelas elites econômicas coloniais. Desse modo, [...] inaugurou o binômio que vai marcá-la até os dias atuais: o elitismo e a exclusão (FERREIRA Jr. 2010, p.26-27).

Para catequizar os índios, os padres teriam que fazer algo para melhorar a comunicação entre essas duas culturas, os índios falavam o guarani e os portugueses a língua portuguesa, surge então um homem que dominou a língua dos indígenas o padre José de Anchieta, homem inteligente que sistematizou uma gramática bilíngüe para os índios aprenderem o português, pela qual se tornaria mais fácil seu trabalho catequético de conversão, talvez um evangelismo de segunda linha, explicitava uma visão de evangelizar para em seguida sobrepor toda sua cultura aos nativos.

Com o passar dos anos os índios foram morrendo ou por doenças trazidas pelos portugueses ou porque acabaram por serem exterminados pelos “civilizados homens brancos superiores”. Assim os homens brancos liquidaram milhares de índios (FAUSTO, 2009, p. 50)

Os índios aos poucos foram sendo exterminados, os nativos não tinham defensores, mas sim, somente opressores, que impunham a cultura européia de maneira a garantir seus interesses, formando desde o início um sistema de educação para poucos, excluindo do direito ao ensino a maioria da população. Fazendo com que o acesso ao conhecimento se desse de forma seletiva, o que deixa evidente, desde o início da formação da sociedade brasileira o processo cultural se dava de forma seletiva, reproduzindo até

---

hoje uma divisão social, com uma elite dominante, que nega os direitos sociais aos demais.

Ao findar o período colonial, a sociedade brasileira era formada por uma maioria de gente ignorante e analfabeta dominada culturalmente por uma minoria, que era formada por pessoas que tinham educação de nível superior. Esse contingente populacional formava a elite pensante que manipulava a maioria da população, e se preparava cada vez mais para perpetuar e solidificar seus interesses de geração a geração. A formação da elite européia se concentrava em organizar um sistema de ensino superior com carreira específica para garantir seus interesses e se concentrava nos estudos jurídicos formando assim um núcleo poderoso de conhecimentos e habilidades.

O fracasso do sistema educacional brasileiro é um plano organizado desde o passado, em tempos muito remotos que se perpetua entre nós até hoje, para tanto o povo brasileiro precisa conhecer o início desse processo, para entender melhor esses mecanismos excludentes. Esse legado tem raízes muito profundas no Brasil, mas será que é possível mudar o rumo dessa história? A exclusão da maioria, do acesso à educação e ao conhecimento, será que requer uma melhor organização social para exigir uma educação de qualidade para todos? Durante muitos séculos o país esteve submetido às vontades da minoria, a elite brasileira, que sempre orientou um modelo educacional, que pudesse manter o sistema capitalista mundial em alta, para tanto é necessário reproduzir a excludente divisão social.

### **O Golpe Militar de 1964 e a Educação Brasileira**

O regime militar não pode ser visto apenas como um período de suspensão de liberdades fundamentais do ser humano. Por trás dessa realidade, existem outros motivos que vão além desses interesses que demonstram na realidade que a principal razão do golpe é instalar o que muitos historiadores chamam de complexo burguês-militar, evidenciando um golpe por motivos econômicos

Com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, caberia ao vice-presidente assumir, João Goulart (1961 – 1963) assumiu a presidência do Brasil. Grupos de oposição compostos pelas elites dominantes e forças armadas, não aceitaram que Jango tomasse posse, sob a justificativa de que ele tinha tendências de políticas de esquerda. Os

---

setores da sociedade que apoiavam o presidente Jango, iniciaram um movimento de resistência.

Atos públicos e manifestações de apoio e de oposição se espalham por todo o país, em apoio ao presidente Jango. Uma semana depois, a ‘‘Marcha da Família com Deus e pela Liberdade’’ organizada pelos setores da elite, o ponto crítico de oposição ao governo. As forças armadas também foram ideologicamente afetadas pela polarização vivenciada pela sociedade, ocasionando rompimento de hierarquia, por setores subalternos, segundo estudiosos, isso foi que facilitou o golpe.

O movimento conspirador depôs Jango da Presidência da República. O golpe reuniu os mais variados setores sociais, as elites industriais e agrárias, empresários e latifundiários, banqueiros, igreja católica, e os próprios militares. Todos temiam que o país caminhasse para um regime socialista.

O golpe militar foi saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da igreja católica, vários governadores de estados importantes como São Paulo e Minas Gerais além de amplos setores da classe média (CASTRO, 2017, p. 01).

Segundo estudiosos no assunto as elites permaneceram acumulando poder às custas do sacrifício do povo, que de agora em diante tem seus direitos restringidos, as liberdades individuais e políticas a censura da opinião pública a imprensa e as artes, criminalizando e torturando opositores.

Após 1964, as elites do país passaram a ser amparadas por militares, cujo regime funcionava como um ‘‘cão de guarda’’. Um Presidente cujas propostas ameaçavam os privilégios de classe, precisava ser detido pela elite. O golpe militar foi recebido com alívio pelo governo norte-americano, pois os Estados Unidos acompanharam de perto a conspiração para deter a democracia, o desenrolar dos fatos, e a tensão política no cenário brasileiro através do seu embaixador no Brasil.

No mundo existem dois tipos de sistema político econômico: o Socialismo e o Capitalismo. O sistema Capitalista vigora desde o século XVIII, mas não estava agradando os trabalhadores europeus, porque os capitalistas exploram os trabalhadores, isso fez surgir um sentimento de mudança. Várias nações adotam o sistema socialista de formas diferentes.

As características do Socialismo são diferentes em relação ao Capitalismo, os principais aspectos socialistas:

- 1) Meios de produção socializados: no socialismo toda estrutura produtiva como empresas comerciais, industriais, terras agrícolas, dentre outros são de propriedade da sociedade e gerenciados pelo Estado .
- 2) Toda riqueza gerada pelo processo produtivo é igualmente dividida entre todos.
- 3) Inexistência de uma sociedade dividida em classes. Como os meios de produção pertencem a sociedade, todos trabalham em conjunto para melhorar a sociedade.

No contexto da sociedade de classes, a educação continua transmitindo valores, atitudes, comportamentos, conhecimentos etc. a todos os indivíduos, mas com uma ressalva: essa transmissão é feita de acordo com os interesses da classe dominante (FLORES et &AL p.5 2008).

A educação como função do Estado no regime militar, por causa da ausência de dados, consequência das próprias decisões do governo, tem-se dificuldade de ser avaliada em relação à educação nos governos democráticos, pois nesse período o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) órgão fundado em 1937, teve sua estrutura reduzida pelos militares e os centros regionais de pesquisa foram fechados em 1973, bem como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) fechado em 1976.

Cunha (2018, p. 02), ao citar Silvana Souza, explica que a falta de informação sobre a educação durante a ditadura militar revela a ausência de memória do que realmente ocorreu naquele período no Brasil.

Oferecer uma educação de qualidade e uma gestão democrática da escola, inviabiliza a sustentação do poder amparado pelo Estado Capitalista, a implementação de um processo educacional de fato e não somente de direito, traria conflitos com o Estado enquanto mantenedor dos interesses da elite dominante. A escola que temos pelo Estado não é a escola sonhada e idealizada pelo povo.

### **Convocação da Assembleia Nacional Constituinte 1985 – A Constituição Cidadã 1988**

O Brasil viveu sob uma ditadura militar que durou 21 anos, seu fim foi marcado pelo movimento Diretas Já que reuniu milhões de brasileiros de todas as partes do país, que saíram às ruas exigindo eleições para Presidente da República

A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985, trabalhou durante 20 meses, participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade.

---

O movimento pelas Diretas Já foi além das organizações partidárias, convertendo-se em quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro com um entusiasmo raramente visto no país. A Campanha das “Diretas Já” expressava ao mesmo tempo a vitalidade e a manifestação popular e as dificuldades dos partidos para exprimir as reivindicações (FAUSTO, 2000, p. 509).

O regime militar instalado com o golpe de 1964, deixou marcas de muita violência na nação, o povo brasileiro viu nas eleições diretas a saída para opressão, que não se tolerava mais. Por essa razão instalada a Assembléia Constituinte era fundamental a participação popular nas ruas, que de forma crescente, exigia uma sociedade livre e mais justa, as liberdades políticas e seus direitos individuais o direito à educação, cujo papel na ideologia capitalista é produzir um “cidadão mínimo” carente de capacidades cívicas.

Em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Cidadã que tornou se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. A sociedade brasileira recebia uma Constituição que assegurava a liberdade de pensamento, onde também foram criados mecanismos para evitar o abuso de poder e do Estado, a marca do regime militar. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que hoje há mais crianças alfabetizadas do que na época do regime militar, que no período de maior repressão chamado anos de chumbo 1968 a 1974 24 a cada 100 crianças de 10 a 14 anos não sabiam ler nem escrever, consolidando um contingente de adultos analfabetos e ignorantes até hoje. Durante o período democrático esse quadro mudou, 5 a cada 100 crianças de 10 a 14 anos ainda são analfabetas, dados da estatística do século XX.

### **Considerações Finais**

Ao caminhar na construção desse artigo podemos constatar que o Brasil é um país jovem, marcado do início de sua colonização por um modelo de educação com dependência internacional. De início levou os nativos da terra (os índios), a um processo de exploração até a exaustão causando quase sua total extinção. Iniciado com os europeus portugueses, atores principais no descobrimento do Brasil, com o passar dos tempos foi se fortalecendo uma elite dominante desejosos de manter seus privilégios às custas do sacrifício do povo.

Sempre que se conquista alguns direitos principalmente a democratização do ensino logo uma conspiração impedia que a maioria tivesse acesso ao conhecimento e a



---

cultura. Uma análise da maldade imposta às nações pelo sistema capitalista só é possível através de uma educação de qualidade.

O golpe militar de 1964, foi o ataque mais cruel já visto e sofrido pela nação brasileira após o período da escravidão no Brasil políticos, coletivos e individuais. Em seguida a Constituição Cidadã (1988), foi a carta magna mais democrática já existente no país com a universalização dos direitos a educação. A mobilização social foi fundamental nessas conquistas e hoje precisamos novamente fortalecer os segmentos sociais na manutenção e defesas de seus direitos.

Um sistema educativo inclusivo é fundamental para libertação da nação da opressão imposta pelo sistema capitalista.

## Referências

BBHEB – VI. Pdf Educação, Poder e Sociedade no Império brasileiro. Coleção biblioteca básica de História da Educação, SP: Cortez, 2008

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34. nº 2, p. 157 – 168, 2012

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR. Amarílio. Ativismo pedagógico e princípios da escola do trabalho nos primeiros tempos da educação soviética. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, nº 61, p.433 – 456, 2015

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez 1991.

CPDOC/FGV. Centro de Pesquisas e Documentação História Contemporânea do Brasil Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/FatosImagens/Golpe1964>

CUNHA, Ana Rita; CALCADE, Paula. **Aos Fatos: a educação era melhor na época da ditadura**. Disponível em: <https://nova-escola.org.br/conteúdo/12558/> 2018

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições**. Belo Horizonte: Mazza edição, 2014.

DAVID, E. A. et al. Aspectos de evolução da educação brasileira. **Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia**, v.5: p.184 – 200, 2014.

FREITAS, Eduardo de. **As características do socialismo**. Brasil Escola <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/as-carcteisticas-socialismo.htm>.

HAMZE, Amélia. Educação e capitalismo: a fala continua. Disponível em: <https://educador.brasilecola.com.br/politica-educacional/escola-capitalismo.htm>

RIBEIRO, Natalina e RAICHELES, Raquel. Revistando as influências das Agências Internacionais. **Serviço Social & Sociedade**. Nº 109 São Paulo, 2012.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR** On-line Disponível em: [www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edições 38/arto5- 38.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edições%2038/arto5-38.pdf) 2009

TEIXEIRA, Diogo de Vasconcelos; VESPÚCIO, Carolina Rocha. **O direito a educação nas Constituições brasileiras**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/29732/2014>